

“TENHO CERTEZA QUE PODEMOS RECONSTRUIR ESTE PAÍS”



Contagem (MG) 8 de junho: em ato, o PT faz o lançamento da pré-candidatura Lula à presidência

“Minha candidatura representa a esperança, e vamos levá-la até as últimas consequências, porque temos ao nosso lado a força do povo” (LULA, Manifesto ao Povo Brasileiro)

Juventude

Vem aí o Encontro Nacional Lula Presidente com Consituente
pág. 2

Partido

Na contramão: Resolução da CEN-PT sobre alianças
pág. 4

História

O Brasil no ano de 1968
pág. 10

AcIT

Reunião em Paris instala Comitê de Intercâmbio
pág. 11 e 12

Rumo ao 15º Encontro Nacional da JR

Atividades abertas e arrecadação independente preparam delegações

Em vários estados a Juventude Revolução (JR) realiza reuniões abertas, debates e panfletagens na preparação do 15º Encontro Nacional (ENJR) de 3 a 5 de agosto em São Paulo. No site da organização (juventuderevolucão.com.br) é possível encontrar link de inscrição e uma vakinhaonline destinada a arrecadar fundos para realização do evento.

A iniciativa é extremamente importante diante da situação de degradação do país, onde milhares de jovens sentem na pele as duras consequências das políticas implementadas pelos golpistas e da grave crise institucional a que este governo ilegítimo empurra o Brasil.

O país tem jeito: Lula com Constituinte

São bilhões a menos no já pequeno orçamento da Educação, tesourado novamente após a greve dos caminhoneiros. Agora, o golpista Temer corta mais

bolsas (abaixo) e tenta fechar Institutos Federais o que gera mais resistência. Foi o que se discutiu numa reunião preparatória realizada no Instituto Federal (IF) de Mato Grosso quando se associou esta luta imediata à necessidade de eleger outro governo que retome o que foi retirado e abra o caminho de futuro digno para juventude.

Para a JR “Essa resistência, hoje, se liga à eleição de Lula presidente para convocar uma Assembleia Constituinte, como ele disse ‘para revogar as medidas dos golpistas’ como a EC 95 permitindo o investimento nas áreas sociais”.

Essa perspectiva política tem boa recepção, especialmente quando se encontra com aqueles que querem Lula presidente, como é o caso de Karolayne (Distrito Federal) “irei ao Encontro nacional para me aproximar desse movimento, ajudar desconstruir uma juventude influenciada pela mídia. Quero fazer parte dessa história”.

Junto com o PT

“Há muitos anos apoio e voto no PT. Mas, agora, é preciso se filiar no partido para enfrentar os ataques aos direitos do povo e da juventude, o que só é possível derrotando o golpe com Lula presidente em 2018” é o que acha William, licenciado em Teatro e da Juventude Revolução do Ceará. Sentimento este que está presente

em muitos jovens que hoje se filiam ao PT. Porque para resistir eles veem o partido como o único instrumento capaz de conduzir esta luta, na expectativa que ele mobilize a juventude oprimida, ao lado do povo trabalhador para abrir uma saída política nesta crise.

Com esta compreensão, os militantes da JR realizam atividades conjuntas com jovens petistas como o “Petista de Carteirinha”, em São Paulo no dia 26 de maio, no qual recebem jovens recém-filiados. Atividades semelhantes estão previstas para ocorrer em todo país dia 13 de julho. Trabalham ombro a ombro também na construção de Comitês Lula Livre-Lula Presidente em escolas, faculdades e bairros populares ampliando diálogo e trazendo mais jovens para esta luta.

Esta relação que vem de antes, quando a JR já defendia o partido contra os ataques na Ação Penal 470, tem se fortalecido com ofensiva do judiciário através da Lava Jato contra a candidatura de Lula.

A participação ativa no Congresso extraordinário da JPT em 3 de junho, que aprovou a Marcha a Brasília em 15 de agosto, por ocasião do registro da candidatura Lula no Tribunal Superior Eleitoral, é algo que estreita cada vez mais esta aproximação que parece ter vindo para ficar.

Esquenta arrecadação

“Esse é o espírito de preparação do encontro no Rio, que promete esquentar,



Arrecadação em Volta Redonda (RJ)

ainda mais” disse empolgado um militante do núcleo de Volta Redonda. Lá os jovens fazem arrecadação coletiva de pedágios em semáforos com faixa (foto), na Feira da cidade e aproveitam reuniões do PT, como o Diretório, que oficializou a candidatura ao governo do Estado para terem mais contribuições.

Em Salvador durante o Congresso estadual JPT militantes conversavam com pré-candidatos buscando apoio para o ônibus que pretendem levar e, durante a semana “dialogaram com estudantes das Universidades Federais da Bahia e do Recôncavo sobre a situação das universidades” quando também passaram “livro de ouro” entre os docentes nas reuniões departamentais e de colegiados.

Em Santa Catarina também se intensifica campanha. Uma dirigente da JR afirma: “listamos uns 20 sindicatos que temos relações nas lutas, como o recente combate contra as Organizações Sociais que privatizam os serviços públicos. Já entregamos ofícios em mais de nove e planejamos avançar nos próximos dias”.

Com uma vakinhaonline no site e diversas atividades coletivas como estas acima, a JR segue na construção deste que almeja que seja o maior encontro que já realizado.

Paulo J. Riela

Governo dá calote em bolsistas

Estudantes indígenas e quilombolas ficaram o primeiro semestre sem receber

O Programa Bolsa Permanência (PBP), que paga um bolsa mensal de R\$900,00 para estudantes indígenas e quilombolas, foi paralisado pelo governo golpista de Temer no início desse ano. Desde janeiro o sistema do PBP está fechado para inscrição de bolsistas. Segundo dados do próprio MEC, 2,5 mil estudantes que dependem dessas bolsas para sobreviver estão prejudicados.

Em 29 de maio o Ministro da Educação, Rossieli Soares, recebeu cerca de 20 estudantes beneficiários do programa que foram cobrar do governo a continuidade do programa. Soares fez aos estudantes a “proposta” repugnante de que o MEC concederia apenas 800 bolsas e os próprios estudantes indígenas e quilombolas em um “grupo de trabalho” deveriam escolher quem de seus colegas ficaria sem a bolsa!

Os estudantes se recusaram a servir como instrumento do MEC para impor a perda de direitos e, acertadamente, rejeitaram a “proposta” infame. A postura intransigente na defesa de seu direito à assistência estudantil no ensino superior surtiu efeito. Em 16 de junho o MEC anunciou que concederia 2,5 mil bolsas para o programa com inscrições para candidaturas entre 18/6 a 31/8. Entretanto, não falou nada sobre como reparar os mais de 2 mil estudantes prejudicados no 1º semestre desse ano pelo não pagamento das bolsas. Além disso, essas bolsas não são suficientes. 2,4 mil indígenas e quilombolas devem ingressar no 2º semestre, de acordo com os estudantes. Por isso, eles voltaram à Brasília no dia 19 para cobrar do MEC essas bolsas.

Cristiano Junta



19 de junho: estudantes indígenas e quilombolas se manifestam diante do Palácio do Planalto

Contamos com a força do povo

Todos democratas só podem se felicitar pela absolvição da presidente do PT, Gleisi Hoffman, pela 2ª Turma do STF no último dia 19. Basta imaginar a consequência de uma condenação. Mas podem haver recursos, e ela está denunciada em dois outros processos no STF, além de um terceiro inquérito.

“Infelizmente, não se pode chamar a isso uma vitória da Justiça. É, antes, a condenação de um sistema policial-judicial que, impunemente e por mais de três anos, enxovalhou a reputação de uma pessoa contra a qual nada tinha além dos depoimentos dos dedos-duros de Sérgio Moro”, escreveu o jornalista Fernando Brito (O Tijoloço). “A máquina engasgou na hora de devorar Gleisi, mas continua funcionando a todo o vapor”, ele completa. “Mesmo quando ocorre a demonstração de que não há provas, chegamos ao ponto de que dois ministros fazem um malabarismo antijurídico para que, afinal, a alguma coisa se possa condená-la”. Realista, ele conclui, “vai custar até que se desmonte esta máquina perversa e, com toda a sinceridade, não se deve ser muito otimista quanto ao julgamento do recurso pela mesma 2ª Turma do STF, marcado para terça-feira”.

É Lula, o recursante da terça-feira, dia 26, quem diz em carta comemorativa a Gleisi: “Nada espero dos que te acusaram falsamente. Mas tenho certeza de que o povo brasileiro saberá reconhecer seu exemplo de coragem

e integridade para enfrentar a máquina de mentiras da Lava Jato e da TV Globo”.

De fato, só podemos contar com a força do povo. O resto será a consequência, no dia certo.

É com o que conta Lula, preso político candidato do PT à presidência, para chegar ao registro dia 15 de agosto. Ele tem a maior parcela do povo que sabe ser o único meio de derrotar os golpistas. É favorito disparado nas pesquisas, ao ponto que, caso seja retirado por um atropelo judiciário, as mesmas pesquisas dão que o vencedor seria a soma da abstenção, votos brancos e nulos! O resultado não teria legitimidade. A eleição sem Lula é uma fraude!

OS GOLPISTAS ESTÃO DIVIDIDOS, ASSUSTADOS E SEM DISCURSO

Como é possível que, em particular, Guilherme Boulos (PSOL) e Manuela (PCdoB), não percebam o triste papel que lhes reservam? Marcar posição numa eleição destas, seria mais que um desserviço divisionista da luta socialista. Apoiar Ciro Gomes com seu ajuste fiscal e a reforma da Previdência, é normal para PP e DEM, mas o PCdoB !?

Os inimigos golpistas estão divididos, as-

sustados e sem discurso. “Há um contraste cruel entre o que o mercado idealizou e a realidade crua da política brasileira”, diz o banqueiro Paulo Leme Seu mundo está fazendo água, um tumulto “comercial” tolda-lhes a visão do planeta capitalista em crise.

No Brasil, temos uma situação inédita e dramática, mas é possível vencer, a condição de uma direção determinada. Todavia o alcance da Executiva Nacional do PT se mostra curto. A maioria parece hesitar entre a força do povo e os cálculos da improvável “coligação nacional com PSB”, ao preço do sacrifício injustificado com crise certa em Pernambuco (v. pág. 4).

O debate a respeito continua.

O Diálogo e Ação Petista assume suas responsabilidades.

Na Declaração “Firmes na luta por Lula Livre, Lula Presidente com Constituinte!” (17/06/18) lançou um “alerta” ao partido para a casca de banana, convidando a um Encontro Extraordinário do DAP em 18 de agosto: “a discussão é necessária, para clarificar o caminho da vitória, e não se desviar para fantasias ou aventuras que não resolvem”.

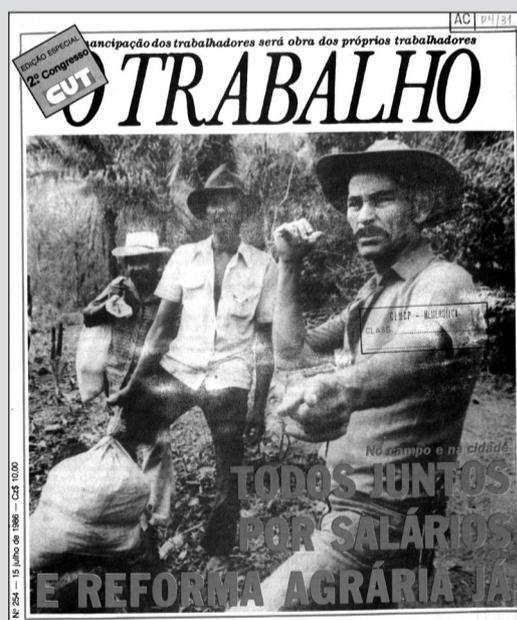
É assim que nos engajamos como nunca na campanha do PT em todos os níveis, nos Comitês “Lula Livre, Lula Presidente” nos bairros, escolas e sindicatos, com os candidatos majoritários e proporcionais do partido nos Estados.

Memória - Especial 40 anos



VOTO NULO – Em 1978, uma avalanche de votos nulos e brancos, expressão do repúdio aos partidos criados pela ditadura.

Edição nº 14 – 21/11/1978



REFORMA AGRÁRIA – Em 1986, na preparação do 2º Congresso da CUT, a discussão sobre a ocupação de terras improdutivas.

Edição nº 254 – 15/7/1986



VOTO PT – Em 2010, combate ao acordo nacional com o PMDB, política desastrosa para o país e para o partido.

Edição nº 677 – 23/6/2010

ASSINE!

**JORNAL
O TRABALHO**

**Há 40 anos
a serviço da
luta da classe
trabalhadora**

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Mariana Waechter

Executiva quer “coligação com PSB”

Não se pode repetir os mesmos erros!

A Executiva Nacional do PT, reunida em Contagem (MG), no dia seguinte ao lançamento de Lula, discutiu a política de alianças da candidatura e resolveu por água na fervura. A imprensa quase ignorou o lançamento para se concentrar nisso.

Pois, ao invés de buscar uma ampliação programática junto aos setores anti-imperialistas que existem no PSB e no PDT, além do PCdoB e PSOL, como orienta a resolução de alianças do 6o Congresso do PT, ela adotou uma orientação que já vinha sendo esboçada pelo seu GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral). A Executiva quer a “coligação nacional para apoiar Lula com PSB e PCdoB e outros que venham a apoiar”, fazendo decorrer dela “palanques estaduais com partidos de centro-esquerda, preferencialmente PSB e PCdoB”.

Isto é, sem um programa de governo a propor, a cúpula PT novamente se lança sobre algumas siglas escolhidas, multiplicando “gestos”, como os palanques estaduais. É a volta do troca-troca, onde um diretório tem que apoiar outro partido “em troca”

de apoio ao PT nacional ou estadual. Como antes, será um fator de desmoralização e crise interna.

A resolução foi aprovada com 19 votos a favor, uma abstenção (EPS) e cinco votos (dos membros da Democracia Socialista, Avante, Militância Socialista e Diálogo e Ação Petista) numa resolução alternativa: “O PT propõe o diálogo com ‘os setores anti-imperialistas, antilatifundiários, antimonopolistas e radicalmente democráticos’ (6o Congresso), para unirem-se em torno da candidatura presidencial de Lula. A todas essas forças e aos que também queiram somar-se nessa mobilização nosso partido estende a mão. As alianças propostas pelo PT têm caráter nacional. Para isso, a unidade nacional do partido é fundamental”.

O que vai acontecer, agora ?

Os líderes insistiam de que se tratava de tirar o PSB e PCdoB da órbita de Ciro Gomes (PDT). Mas a questão vai bem além. Por que o PSB acompanharia o PT com Lula até o fim?

Na verdade, a cúpula do PSB quer

agora, já, o apoio do PT à reeleição do impopular governador de Pernambuco, Paulo Câmara, retirando a consagrada candidatura de Marília Arraes.

De resto, o PSB é um partido heterogêneo demais para cumprir um acordo nacional de apoio a Lula. Marcio França, em SP, é do “PSB de Alckmin”, por exemplo, do mesmo modo que outras seções estaduais estão com o MDB ou quem oferecer mais.

O PSB orientou a votar no impeachment, e se depois se afastou de Temer e não votou algumas das medidas golpistas, votou outras, como a “intervenção militar no Rio”. Tem setores pró-Lula no PSB da Bahia, no Acre, no Amapá ou na Paraíba mas, como partido, o PSB não é “anti-imperialista e radicalmente democrático”. Tal como outros, a sua cúpula tenta se limpar do golpe. Pode até “coligar” com o PT, mas como antes, a maior parte apoiará candidatos hostis desmoralizando o PT nos Estados, e depois utilizará os ministérios que ganhar para apu-

nhalar o PT pelas costas!

Cortejado, o presidente do PSB, Carlos Siqueira, já dita Haddad como candidato “plano B” do PT!

Nada resolvido

Por várias razões, inclusive falta de consenso no PSB, a aliança pode não sair, ou o PCdoB ser levado a outro curso. Nada está ainda resolvido.

Agora a conta será apresentada aos Diretórios Estaduais do PT, vários escaldados de intervenções e de aliancismo sem-porteira, inclusive no bloco que votou essa coligação: CNB, Movimento PT, Resistência (ex-Mensagem) e Novo Rumo. Daqui a um mês o Diretório Nacional terá que reavaliar.

Mas cabe perguntar: a direção não vê que a situação mudou, tanto no PT como na sociedade? Será que os dirigentes não aprenderam nada com os erros que fragilizaram o PT e facilitaram o golpe?

O PT não pode estar condenado a cometer os mesmos erros.

Markus Sokol

Juiz de Fora (MG)

PT lança Betão e Margarida a estadual e federal

Em um ato com mais de 1400 presentes de dezenas de cidades da região da Zona da Mata, o Diretório do PT de Juiz de Fora lançou as candidaturas de Margarida Salomão a deputada federal e do Betão a deputado estadual. Margarida, ex-reitora da universidade federal e deputada federal, e Betão, ex-presidente do sindicato dos professores e vereador, estão entre as principais lideranças populares da cidade.

A presença da ex-presidente Dilma, que concorrerá a uma das vagas para o Senado por Minas Gerais, foi bastante comemorada pela militância, que vê nela a oportunidade de “dar o troco” ao senador golpista Aécio Neves, derrotando-o em seu próprio estado.

O lançamento estava submetido à novas regras que não permitem atos eleitorais em local público antes do registro oficial. Na falta de um local fechado amplo, o PT teve que dividir a audiência em quatro salões e transmitir o ato por telões. Mas nada impediu a militância de se empolgar!

Sem plano B, só plano “L” de Lula presidente!

Compuseram a mesa do ato, o presidente do PT local, Renê de Matos, e a presidente estadual do PT, Cida de Jesus. Todos ressaltaram



a candidatura de Lula Presidente, privado de sua liberdade por um processo sem provas.

Betão é vereador em terceiro mandato e membro do Diálogo e Ação Petista. Ele destacou que no quadro de ataque brutal contra a soberania nacional, os direitos trabalhistas e os serviços públicos, a classe trabalhadora que em nenhum momento parou de resistir, vê na candidatura de Lula a solução para sair da situação atual. Por isso, destacou Betão, “não há plano B, C ou D só plano L de Lula presidente”. E acrescentou: “vejo uma faixa ‘Lula com Constituinte’ e está certo, precisamos fazer uma verdadeira reforma política neste país, precisamos fazer a re-

forma agrária, a reforma da mídia, reverter a contrarreforma trabalhista e fazer todas as reformas populares necessárias. Mas, fazer com quem? Com a maioria desse congresso reacionário? Por isso, temos que convocar uma Assembleia Nacional Constituinte Soberana e reverter as mazelas dos golpistas”.

Margarida, que é da corrente Democracia Socialista, destacou, assim como Dilma, que a perseguição a Lula e ao PT haviam começado em 2005, com a Ação Penal 470 (mensalão). “Eu testemunhei, como ministra chefe da Casa Civil”, lembrou Dilma, “a seguinte fala que corria à solta em Brasília: se Lula não fosse candidato em 2006, a

AP 470 se encerraria sem maiores problemas; e a resposta do Lula foi o resultado das urnas em 2006”, disse a ex-presidente. Completou que o método dos golpistas é “da chantagem, dos favores políticos”, por isso, recentemente ofereceram a soltura de Lula em troca dele não se apresentar como candidato. E finalizou, “querem o plano B dizendo que o PT ficará isolado, mas isolados estão eles que só tem um dígito nas pesquisas.”

A militância, unida com suas lideranças, mandou um recado a Moro gritando: “você precisa entender, não dá para acabar com o PT!”.

Sumara Ribeiro

DAP CONVOCA ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, reunido no dia 16 de junho na sede nacional do PT, analisando “a preocupante situação do país, do povo e do PT”, decidiu convocar um Encontro Nacional Extraordinário do DAP para 18 de agosto. O Comunicado do Comitê Nacional explica as razões e a urgência dessa iniciativa.

A reunião debateu também outras questões, como o caso dos nove adolescentes mortos pelo fogo nas dependências da PM de Goiânia e o informe sobre

a reunião que constituiu o Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio, do Acordo Internacional dos Trabalhadores, decisão da Conferência contra a Guerra e a Exploração (Argel, dezembro de 2017).

Foi feita também discussão sobre finanças e comunicação. Salientou-se a necessidade do repasse de 30% da arrecadação dos grupos de base para o Comitê Nacional.

A próxima reunião do Comitê Nacional ficou marcada para 14 de julho, em São Paulo.



Comitê Nacional do DAP na reunião que convocou o Encontro Extraordinário

LULA LIVRE, LULA PRESIDENTE COM CONSTITUINTE!

Trechos do Comunicado do Comitê Nacional do DAP de 16 de junho de 2018

O ilegítimo governo Temer entrega a soberania, desorganiza a economia e agrava o sofrimento popular. O golpe ameaça levar a nação ao caos, como se entendeu na paralisação dos caminhoneiros, cujos efeitos persistem.

Os trabalhadores procuram resistir. Na Petrobras, após uma greve de advertência, se preparam para voltar à luta, os bancários também organizam uma greve nacional, enquanto em várias empresas se enfrenta a reforma trabalhista.

Mas há uma saída democrática para esta situação dramática. Perseguida, a saída está presa em Curitiba. É Lula, cuja imediata libertação se impõe para assumir a presidência da República, como quer a maioria, e as pesquisas confirmam: Lula de novo, com a força do povo!

Para adotar medidas urgentes, reduzir os preços dos combustíveis, recuperar o salário mínimo, o emprego e os programas sociais, e para revogar as medidas golpistas que entregaram o Prê-sal e cortaram direitos históricos, pela convo-

cação de uma Assembleia Constituinte Soberana, que faça a reforma política, da mídia e do judiciário, a reforma agrária e urbana, a tributária, que desmilitarize as PMs, audite a dívida e reestatize as privatizações entreguistas.

Quantas vezes vão repetir o mesmo erro?

Apoiado nas principais organizações do povo trabalhador, Lula resiste e o PT volta a 20% da preferência. Não é o PT que está “isolado”, são os golpistas que estão divididos! É a única força capaz de unir os setores populares e impor uma derrota certa e segura aos golpistas, de Alckmin (PSDB) a Bolsonaro (PSL).

A Executiva Nacional do PT, todavia, reuniu dia 9 de junho, deu marcha ré. Ela adotou uma resolução de maioria (19 votos a favor, 5 numa alternativa, 1 abstenção) por uma “coligação nacional para apoiar Lula com PSB e PCdoB e outros que venham a apoiar”, orientando ainda “palanques estaduais com partidos de centro-esquerda, preferencialmente PSB e PCdoB”.

É a primeira votação de orientação dividida realmente importante nesta direção, não obstante eleita no 6o Congresso (junho de 2017) com o mandato de buscar alianças com “setores anti-imperialistas, antimonopolistas, antilatifundiários e radicalmente democráticos”.

É o caso de se perguntar: aonde querem chegar? Não veem que a situação mudou, no PT e na sociedade? Quantas vezes vão repetir o mesmo erro?

Discussão necessária

Nas próximas semanas, o Brasil e a classe trabalhadora viverão momentos decisivos. Toda atenção, empenho e energia é necessária, para tirar o país do marasmo, do caos que o ameaça, é possível vencer.

Lançamos o alerta a todo o partido - militantes, parlamentares e dirigentes -, e, ao mesmo tempo, nos colocamos na linha de frente da luta conjunta. A discussão é necessária, para clarificar o caminho da vitória nestas eleições,

e não se desviar para aventuras ou fantasias que não resolvem realmente a vida do povo.

Todos os grupos de base do DAP estarão mais engajados do que nunca na campanha do PT, em todos os níveis, nos Comitês “Lula Livre, Lula Presidente”, em primeiro lugar, e com os candidatos majoritários e proporcionais do partido nos Estados.

Todos os grupos de base do DAP saberão combinar esta batalha crucial com a abertura do mais amplo debate, leal e sem tabus, com as companheiras e companheiros do PT. E para que todos que queiram, se façam representar, sempre de forma coletiva e autofinanciada como fazemos, em nosso Encontro Extraordinário de 18 de agosto.

16 de junho de 2018

**Lula Livre!
Eleição sem Lula é Fraude!
Lula presidente com Constituinte!**

REUNIÃO ESTADUAL EM SÃO PAULO

Mais de 30 militantes de várias regiões estiveram presentes na reunião da Coordenação Estadual do DAP-SP, ampliada com representantes de grupos de base, realizada no dia 17 de junho. Na pauta a situação do país, a disputa eleitoral em São Paulo, medidas de organização e o reforço da Coordenação, integrando novos membros.

Misa Boito, do Comitê Nacional do DAP, apresentou o informe sobre conjuntura, abordando a greve dos caminhoneiros, seu impacto na produção industrial e a incapacidade do governo golpista, sem qualquer autoridade política, de dar conta da situação. Enfatizou que uma drástica consequência do preço dos combustíveis é que com a alta do gás de cozinha, dois

milhões de famílias voltaram a cozinhar com lenha, carvão e álcool, o que aumentou muito o número de acidentes domésticos com graves queimaduras.

Enquanto o país afunda, disse Misa, os golpistas e o mercado estão em pânico, pois não conseguem uma alternativa para enfrentar Lula, que, mesmo preso há mais de dois meses, continua muito à frente de todos os demais nas pesquisas. Portanto, é hora de intensificar a campanha Lula Presidente. É Lula de novo com a força do povo, com Constituinte!

Vários militantes usaram da palavra, relatando as positivas experiências nas atividades de rua com a campanha Lula. A decisão foi intensificar as atividades

Campanha eleitoral

Foi salientado que é preciso casar as atividades das candidaturas a deputado federal e estadual com a campanha de Lula, que deve ser o carro chefe de todas as campanhas proporcionais. “Eu não entrego um material de candidato proporcional que não tenha Lula Presidente e Marinho governador e a estrela do PT!”, disse uma companheira. Está certa! Com esta disposição os aderentes do DAP estão engajados em candidaturas e deputado federal e estadual.

Na reunião foi feito o chamamento para que os grupos de base comecem a preparação do Encontro Extraordinário do DAP, chamado para 18 de agosto, com a discussão do Comunicado do Comitê Nacional (ver acima).



Reunião do DAP paulista: levar a campanha Lula para as ruas

Pode ser e é candidato!

Direito incontestável de Lula terá que ser garantido com a mobilização

O lançamento pelo PT da pré-candidatura de Lula (ver pag. ao lado) reanima a luta em todo o país para conquistar sua liberdade, elegê-lo presidente e garantir sua posse.

Pois, mesmo se a legislação é clara, como atestam os maiores juristas brasileiros, como Dalmo Dallari e Celso Bandeira de Mello, e Lula pode ser sim candidato, o fato é que para o Judiciário, “as leis,oras as leis!”, o que vale é o que manda o mercado. E o mercado decidiu que tem que tirar Lula do jogo. Afinal como diz Celso Bandeira de Mello: “Lula vem sendo perseguido, não há dúvida e será muito ridículo para eles tentarem impugnar sua candidatura, que tenho certeza de que

vai ganhar estourado essa eleição.” E isto não consta no cardápio do capital financeiro que comandou o golpe.

Neste estado de exceção instalado no país, só com muita mobilização será possível barrar o atropelo judiciário que vitima Lula, o PT e o povo brasileiro.

Linha auxiliar e ao mesmo tempo regente desta orquestração jurídica, a mídia engazopa o povo com a ideia de que Lula está fora do páreo. E isto traz confusão. Como mostram os relatos que chegam dos Comitês Lula, a dúvida do povo não é se quer votar em Lula, isto as pesquisas mostram, a dúvida é se poderá votar em Lula.

Daí que é necessário aprofundar o

trabalho de diálogo com a população, bairro a bairro, fábrica a fábrica, escola a escola. Esclarecer, organizar, mobilizar, através dos Comitês Lula.

Afirmar que Lula é candidato, como bem fez o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, ao visita-lo em 14 de junho ocasião em que entregou a plataforma da CUT para as eleições 2018, afirmando que “Lula á a esperança do povo brasileiro e será o único candidato da CUT.” (ver página 8)

Superar os problemas

Ao mesmo tempo em que avança a criação e o trabalho dos Comitês e categorias incluem em sua pauta a luta pela candidatura Lula, como

os bancários, é preciso reconhecer que a construção dessa batalha tem ainda muito a avançar. Aí jogam um papel fundamental os candidatos do PT, proporcionais e majoritários nos estados. Batalhando para se elegerem, e é normal que estejam nesta batalha, suas campanhas não podem perder de vista que de norte a sul, leste e oeste, para os governos estaduais, Senado, Câmara e Assembleias Legislativas, todas as candidaturas devem fazer de suas campanhas um fator de mobilização da campanha maior que é Lula Livre, Lula Presidente!

Misa Boito

As atividades dos Comitês

Em bairros, populares pedem panfletos e materiais



Trabalhadores do Correio criam Comitê

No dia 16 de junho, 15 militantes petistas se engajaram em panfletagens na região da Vila Maria, na zona norte da capital paulista. Dividindo-se, eles cobriram dois bairros operários da região: a Vila Sabrina e o Parque Novo Mundo. Nas feiras e ruas, a reação dos moradores era de muita receptividade.

Alguns pararam para conversar e faziam perguntas: “mas mesmo preso ele pode ser candidato?”, “como ele vai sair da cadeia?”, “é possível ele ser candidato? A Justiça vai deixar?”. Com as respostas afirmativas de que o PT vai registrar Lula, muitos declaravam apoio e entusiasmo. Vários pediam panfletos e material para colar em porta de comércio popular.

O balanço foi muito positivo, animando os militantes, e chegou-se à conclusão que esse trabalho de esclarecimento do povo deve ser ampliado já que os meios de comunicação bombardeiam diariamente o impedimento da candidatura Lula.

A necessidade de ampliar o diálogo com o povo também levou o Comitê Lula Livre Lula Presidente dos petroleiros de São Paulo às ruas. Já realiza-

ram duas panfletagens, uma frente ao prédio da Petrobras, outra em frente à Transpetro, tratando da defesa da Petrobras para o povo brasileiro.

Os participantes explicavam a redução da operação das refinarias e consequente compra de diesel, gasolina e gás dos Estados Unidos, implicando em alto lucros para as petroleiras estadunidenses e preços abusivos para os brasileiros. Também reafirmaram a candidatura de Lula para a presidência. As panfletagens foram feitas em conjuntos com outros comitês, do Centro, Paulista, Mooca e Bancários.

Trabalhadores dos Correios

Em Salvador (BA), foi fundado o “Comitê ECT-BA em Defesa da Democracia, Lula Livre, Lula Presidente”, envolvendo trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) no estado. O evento de lançamento contou com trabalhadores de base de diversas regiões da Bahia, diretores do Sindicato e da CUT.

No comunicado no qual se dirige aos demais trabalhadores, convidando a se somarem, o comitê aponta que

defender Lula é lutar contra o golpe ao povo brasileiro. “Considerando o apodrecimento das instituições, a exemplo do judiciário, congresso, e a grande mídia, os quais estão a serviço do grande capital, nos atenta para a urgência e necessidade de se refazer estas instituições, sendo isto tarefa para uma Constituinte Soberana, como bem salientou o ex-presidente Lula em seu discurso em São Bernardo antes de ir à Curitiba”, afirma o comunicado.

Os membros do comitê avaliam que Lula é o único nome com as condições de convocar uma Constituinte para revogar os retrocessos e abrir caminho para as reformas populares.

Correspondentes

BANCÁRIOS: DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS E LULA LIVRE!

Na 20ª Conferência Nacional dos Bancários, entre 08 e 10 de junho, delegados de todo o país deram início à campanha salarial nacional e unificada, e aprovaram resoluções em defesa da democracia, de Lula e das empresas públicas, como Caixa, Banco do Brasil, Eletrobrás e Petrobras.

Na resolução que tratou de Lula, os bancários partem da relação de suas campanhas salariais à situação política do país, denunciam o apoio dos banqueiros ao golpe, para decidir que vão lutar “democracia, eleições livres, Lula livre e seu legítimo direito de ser candidato para que o povo brasileiro possa exercer suas escolhas nas urnas, livremente, como deve ser numa nação soberana e democrática”.

COMITÊ INTERNACIONAL É LANÇADO EM PORTUGAL



Em Lisboa, o núcleo do PT no país e o Coletivo Andorinha (Frente Democrática Brasileira de Lisboa) realizaram um ato de criação do “Comitê Internacional em Defesa da Libertação de Lula”, em 14 de junho. Apoiaram e participaram o POUS (seção portuguesa da 4ª internacional), organizações partidárias como o PCP, Verde, o Bloco de Esquerda, e organizações como a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses e o Conselho Português para a Paz e Cooperação. O Manifesto desse Comitê afirma que “enquanto brasileiros, enquanto imigrantes, enquanto portugueses, enquanto democratas, enquanto humanos, nós gritaremos: Lula Livre!”

Preso político e candidato à presidência

Nunca antes na história desse país!

De fato, nunca antes o maior partido, o PT, lançou um preso político à presidência da República, favorito disparado nas pesquisas. Aí, se evidencia a ruptura das apodrecidas instituições políticas para impor a vontade soberana do povo. Tal é a dimensão do ato do dia 8 de junho, com 2 mil participantes, no auditório de um hotel, em Contagem (MG), cidade operária da grande BH.

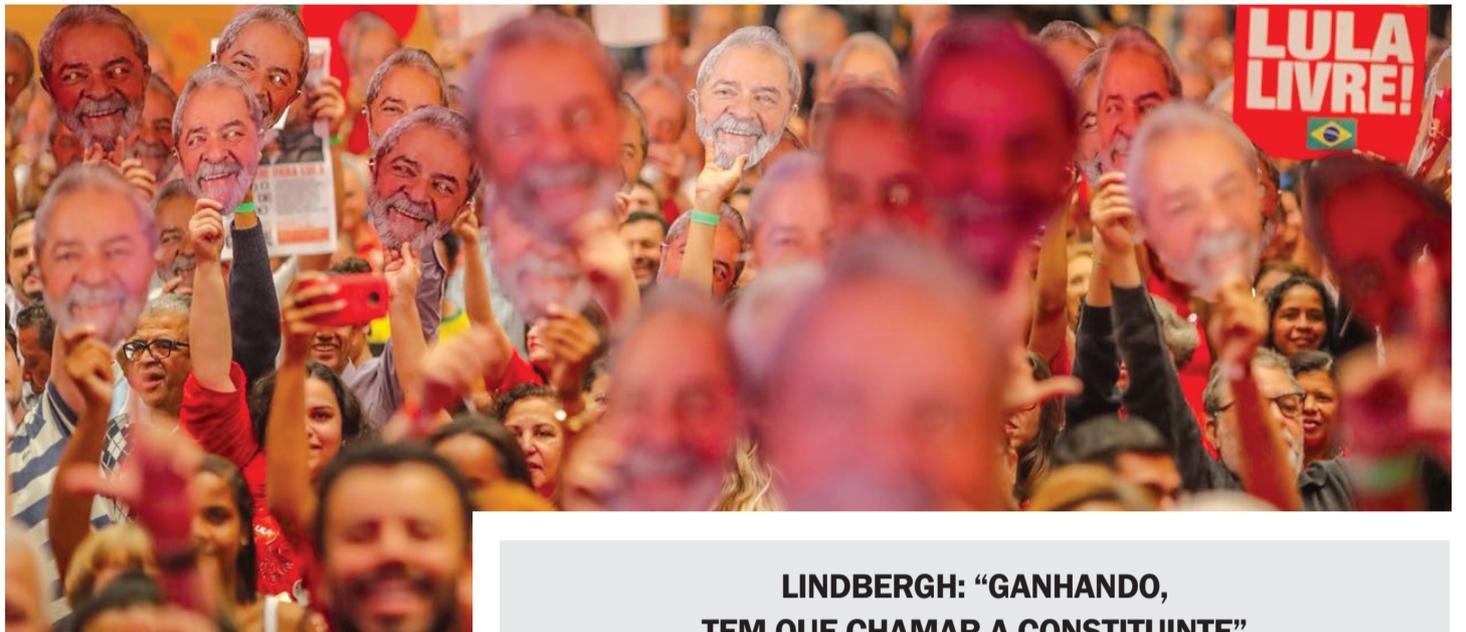
Estiveram lá dirigentes da CUT, do MST, da UNE e outros convidados. Também presentes direção, bancadas parlamentares e prefeitos do PT, e seus governadores; menos Camilo, do Ceará, pró-Ciro, transparecendo o problema das alianças (v. pág. 4). Assim, de forças políticas, tomou a palavra Antonio Carlos do PCO que apóia Lula, a deputada Jô Moraes pela direção do PCdoB, e se falou numa mensagem do PSB; Boulos, candidato do PSOL, até mandou uma nota que foi lida.

Nada interferiu na vibração da militância que ia chegando, melhor captada na fala mais aplaudida da noite do senador Lindbergh (v. box).

Máscaras de Lula distribuídas ajudaram no engajamento comovente dos presentes - um clima de festa popular numa situação inédita e dramática. Essas máscaras já são um instrumento novo de campanha.

Os militantes do Diálogo e Ação Petista, com pirulitos e a faixa "Lula com Constituinte" (v. capa) ajudaram na cor política e participativa do evento, que também deve se repetir na campanha.

A presidente do PT, Gleisi Hoffman, foi aplaudida ao afirmar a candidatura: "podemos registrá-lo, pois ele é inocente e está no gozo de seus direitos,



No ato de lançamento, presentes afirmam "somos todos Lula"

Lula é a grande liderança popular, único capaz de conduzir o país à paz social".

O presidente da CUT, Vagner Freitas, anunciou que "o único candidato pelo qual a CUT fará campanha é Lula, nenhum outro", descartando qualquer plano B. João Paulo, dirigente do MST, arrematou "vamos tirar o Lula da cadeia direto para o Palácio do Planalto".

Detido há dois meses na Polícia Federal de Curitiba, Lula enviou um manifesto-programa lido pela presidente eleita Dilma Rousseff (trechos abaixo). Afirma solenemente que "só teremos um governo com legitimidade" em "eleições livres e democráticas, com todas as forças políticas, sem regras de exceção para impedir apenas determinado candidato" - ou seja, que eleição sem Lula é fraude.

J.A.L.

LINDBERGH: "GANHANDO, TEM QUE CHAMAR A CONSTITUINTE"

Naquele discurso histórico em S. Bernardo, Lula disse: se eu não puder andar, andarei pela perna de vocês, se não puder falar, falarei pela boca de vocês. O Lula tá aqui hoje!

A Globo, Temer e sua turma, essa Justiça, sempre ficam do lado dos mais fortes. Haddad, não quero me meter no programa de governo, você vai apresentá-lo mais à frente. Mas a gente vai ter que fazer muito mais pelo povo, dessa vez não pode dar mole.

Vamos ter que discutir a democratização dos meios de comunicação, vamos ter que discutir o sistema tributário, porque só quem paga imposto são trabalhadores e classe média. É uma opinião minha, acho que a gente ganhando a eleição presidencial, temos que chamar uma Constituinte para reformar esse Estado, esse poder judiciário com seus auxílios-moradia, esse Congresso Nacional, com uma reforma política. A crise dos combustíveis, é porque o mercado está se apropriando da Petrobrás. Sinceramente, acho que erramos ao abrir o capital da Petrobrás na Bolsa. No programa, vou defender a Petrobrás 100% estatal novamente.

O mercado está assustado, a bolsa caiu, o dólar subiu, porque descobriram que vão perder a eleição. Não tem candidato, nem tem o que falar.

Por isso, o mercado não quer Lula. Mas as empregadas domésticas que estão perdendo seus direitos com a reforma trabalhista, querem Lula. Os sem-terra, os sem-teto querem Lula. Nós vamos para a campanha para ganhar, e vocês tem que saber, onde tiver o povo trabalhador tem um pouco de Lula!

Manifesto Ao Povo Brasileiro

Trechos do texto enviado por Lula ao ato de lançamento de sua candidatura

Tenho certeza que podemos reconstruir este país e voltar a sonhar com uma grande nação. Não posso me conformar com o sofrimento dos mais pobres e o castigo que está se abatendo sobre a nossa classe trabalhadora, assim como não me conformo com minha situação.

Até hoje me pergunto: onde está a prova?

Contra todas as injustiças, tenho o direito constitucional de recorrer em liberdade, mas esse direito me tem sido negado, até agora. Por isso me considero um preso político em meu país.

Tive muitas candidaturas, mas esta é diferente: é o compromisso da minha vida. Sei que minha candidatura re-

presenta a esperança, e vamos levá-la até as últimas consequências, porque temos ao nosso lado a força do povo.

Governamos para o povo e não para o mercado. É o contrário do que faz o governo dos nossos adversários, a serviço dos financistas e das multinacionais, que suprimiu direitos históricos dos trabalhadores, reduziu o salário real, cortou os investimentos em saúde e educação e está destruindo programas voltados para a justiça social.

Sonho ser presidente do Brasil para acabar com o sofrimento de quem não tem mais dinheiro para comprar o botijão de gás, que voltou a usar a lenha para cozinhar ou, pior ainda, usam álcool e se tornam vítimas de

graves acidentes e queimaduras.

A Petrobrás não foi criada para gerar ganhos para os especuladores de Wall Street, mas para garantir a autossuficiência de petróleo no Brasil, a preços compatíveis com a economia popular. A Petrobrás tem de voltar a ser brasileira.

Podem estar certos também de que impediremos a privatização da Eletrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa, o esvaziamento do BNDES.

Nós sabemos qual é o caminho. Hoje ele passa pela realização de eleições livres e democráticas, com a participação de todas as forças políticas, sem regras de exceção para impedir apenas determinado candidato.

Só assim teremos um governo com

legitimidade para enfrentar os grandes desafios.

Já mostramos que é possível fazer um governo de pacificação nacional, em que o Brasil caminhe ao encontro dos brasileiros, especialmente dos mais pobres e dos trabalhadores.

Para alcançar este objetivo, temos de unir as forças democráticas, respeitando a autonomia dos partidos e dos movimentos, mas sempre tendo como referência um projeto de País mais solidário e mais justo, que resgate a dignidade e a esperança da nossa gente sofrida. Tenho certeza de que estaremos juntos ao final da caminhada.

Curitiba, 8 de junho de 2018

Lula recebe plataforma da CUT para as eleições

Vagner Freitas a entregou em visita ao ex-presidente preso em Curitiba

Em 14 de junho, uma quinta-feira, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, visitou Lula na cela da Polícia Federal onde ele está preso desde 7 de abril.

“Nunca vi um candidato tão animado para ser presidente do Brasil e representar os menos favorecidos como o ex-presidente Lula”, disse Vagner aos manifestantes que participam da vigília que se mantém diante do prédio da PF há mais de dois meses.

Através de um megafone Vagner passou o recado de Lula: “Ele pediu para avisar que ele é candidato, não tem plano B. Ele só não será candidato à Presidência da República se rasgarem a Constituição Federal ou se lhe faltar a vida”.

Durante sua entrevista com Lula, Vagner entregou-lhe a plataforma da CUT para as eleições 2018, com as propostas da central, comentando depois que: “Lula é o candidato dos sindicalistas cutistas. É para ele que nós iremos fazer campanha”.

A Plataforma será apresentada em plenárias regionais que a CUT programa nas próximas semanas, que também discutirão a preparação do “Dia do Basta” em 10 de agosto - jornada



Vagner em Curitiba, no dia que entregou plataforma da CUT a Lula

de lutas e paralisações acordada com outras centrais – e a mobilização dos cutistas para a campanha Lula Livre/Lula presidente.

Pontos da Plataforma

O primeiro ponto da Plataforma da CUT para as eleições de 2018 é: “Eleições livres e democráticas com liberdade para Lula”, pois, como diz o seu texto, “só teremos eleições verda-

deiramente democráticas se superadas as injustiças contra Lula, garantindo sua liberdade e direito legítimo de disputar as eleições presidenciais”.

“Revogação de todas as medidas do governo ilegítimo de Michel Temer que atacaram os direitos da classe trabalhadora, a soberania e as bases do desenvolvimento nacional”, é o segundo ponto.

No item “Defender a Democracia,

a Cidadania e os Direitos Humanos”, está a proposta de “convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte com intuito de reverter os ataques à nossa Constituição e reorganizar o Estado brasileiro com princípios verdadeiramente democráticos”.

No item “Valorizar o Trabalho com a garantia de emprego, trabalho e renda de qualidade”, se propõe: revogar a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) para assegurar que os direitos sejam garantidos, que nenhum acordo ou convenção coletiva rebaixe direitos e que esses direitos sejam protegidos pelo estatuto da ultratividade; revogar a terceirização indiscriminada (Lei 13.429/2017); garantir a manutenção da política de valorização do salário mínimo; reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários e limitação de horas extras e eliminação ou restrição do banco de horas”.

As propostas da central em defesa dos serviços públicos e das estatais, de desmilitarização das PMs, de reforço do papel do Estado na economia também estão presentes na plataforma.

Julio Turra

É possível preservar direitos com mobilização

Situação é difícil, mas categorias fazem frente aos ataques patronais

Sete meses depois da “Reforma” Trabalhista em vigor, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra que os trabalhadores estão tendo muito mais dificuldade de conseguir negociações que garantam direitos nos seus locais de trabalho ou para cada categoria.

O número de registros de Acordos Coletivos de Trabalho caiu pela metade até junho deste ano, se comparado com o primeiro semestre do ano passado e o de Convenções Coletivas caiu torno de 29% no mesmo período.

As empresas aproveitam a situação de desemprego e as mudanças da “reforma” trabalhista para tentar tirar ainda mais direitos, mesmo aqueles

que nada têm a ver com as mudanças na CLT. Mas vários patrões que acharam que ia ser fácil fazer isso se enganaram redondamente.

Um exemplo foi a vitória dos professores de escolas particulares em São Paulo (na capital e outros municípios) que conquistaram a renovação por um ano da Convenção Coletiva com todos os direitos mantidos (ver OT 829).

Também nas metalúrgicas do ABC, os trabalhadores têm mantido os direitos que dependem das negociações locais. Depois de uma greve de oito dias que demoveu a direção da Mercedes, agora os metalúrgicos da Toyota conquistaram a manutenção dos direitos até setembro de 2019.

Metroviários da CBTU

Em empresas estatais federais como a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a situação era grave, pois os trabalhadores já caminhavam para o 2º ano sem acordo coletivo. O impasse nas negociações em 2017 ocorreu porque a CBTU, orientada pelo governo Temer, ofereceu 0% de reajuste, o que levou o acordo coletivo para julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Marcado para 14 de maio deste ano, depois de mais um ano desde que se iniciaram as negociações, dias antes a direção da CBTU agiu para protelar o julgamento. Agora, a empresa queria aplicar um reajuste parcial do índice inflação, trocar o pagamento retroativo por um mísero bônus, além de tentar atrelá-lo ao fechamento do próximo acordo coletivo (2018-2019), com retirada de direitos!

“Não era possível aceitar a proposta da CBTU, pois além da perda salarial, temos cláusulas importantes no nosso acordo que avançam até mesmo em questões que não estão previstas na CLT”, declarou a diretora do SINDIMETRO-MG, Alda Lúcia Fernandes.

A saída foi a greve! Ainda que sem uma ação unitária do conjunto das unidades da CBTU, os metroviários de Belo Ho-

rizonte decidiram parar, enquanto os demais sindicatos apresentavam às suas bases somente a proposta de “estado de greve”. E foi fundamental a decisão dos metroviários de BH, pois forçou o julgamento do dissídio no dia 11 de junho, garantindo o reajuste salarial retroativo de um ano e a manutenção dos direitos.

Bancários iniciam campanha salarial

Sindicatos de bancários de todo o país entram em sua campanha salarial nacional unificada, que vai envolver as condições de trabalho de cerca de 485 mil funcionários. A pauta, adotada em uma Conferência Nacional, entre 08 e 10 de junho, com delegados de bancos públicos e privados, inclui aumento real (totalmente legítimo frente aos lucros de R\$ 77 bilhões em 2017 dos cinco maiores bancos do país, um aumento de 33% em relação ao ano anterior).

Mas as preocupações este ano vão além: a garantia da manutenção das cláusulas atuais até que se assine nova Convenção Coletiva; a defesa dos empregos contra demissões em massa; a manutenção das homologações de demissões com supervisões de sindicatos; a extensão dos direitos para todos os trabalhadores e a preocupação com a terceirização do trabalho no setor.

MENTIRA DESCARADA

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) desmentiu uma notícia da Agência Brasil, a qual afirmava que a organização havia concluído que a reforma trabalhista respeita as negociações coletivas, notícia que foi amplamente reproduzida por meios de comunicação. A entidade divulgou que, na verdade, não tomou nenhuma decisão sobre o tema e apenas pediu novos esclarecimentos ao governo.

Ao UOL, o Ministério do Trabalho afirmou que divulgou essa informação porque “é uma das interpretações possíveis”. Cara de pau!

Luta contra as privatizações

Petroleiros e eletricitários se mobilizam contra desmonte das estatais

Depois de uma greve de advertência (30 de maio), os petroleiros definiram um calendário de mobilização contra a privatização da Petrobrás, que prevê a realização, sem data definida, de uma greve por tempo indeterminado.

O desmonte da empresa continua. Pedro Parente saiu, mas o preço do gás, gasolina e etanol continuam subindo, pois a política continua indexada aos preços internacionais. Já o acordo para manter o preço do diesel em decorrência da greve dos caminhoneiros continua dando confusão e quem está pagando é o povo (ver abaixo).

A Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) está em campanha pela redução dos preços dos combustíveis, e na luta em defesa da soberania do país para garantir o petróleo para o povo.

Manter a mobilização é uma necessidade. O governo insiste em vender as refinarias. Já colocou à venda dois grupos de ativos no refino, um no Nordeste com duas refinarias (RLAM e Abreu e Lima), 770 km de oleodutos, cinco terminais e outro no Sul, outras duas refinarias (REFAP e REPAR), 736 km de oleodutos e sete terminais. Parente saiu, mas seu sucessor Ivan Monteiro aplica a mesma política. E não podia ser diferente. Afinal uma das principais missões do golpe é a entrega da Petrobrás.



Petroleiros da Bahia

Os ataques não param!

Os deputados golpistas aprovaram requerimento de urgência urgentíssima para o Projeto de Lei 8939/17, do deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), que está para ser votado no plenário da Câmara.

O projeto muda as condições de exploração das áreas da cessão onerosa, permitindo que os gestores da Petrobrás entreguem até 70% destas reservas às multinacionais. Para o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), Felipe Coutinho, "as multinacionais pretendem que o governo Temer anule a decisão do Conselho Nacional de Política Energética pela contratação direta da Petrobrás para operação e produção do excedente da Cessão e Onerosa pelo regime de partilha".

A FUP está convocando mobilizações em Brasília nesta semana, quando os golpistas tentam votar o Projeto de Lei.

Defesa da Eletrobrás

Os trabalhadores eletricitários do Sistema Eletrobrás, realizaram paralisação de 72 horas (de 11 a 13 de junho). Eles enfrentaram a justiça que entrou em campo determinando que 75% dos trabalhadores não poderiam entrar em greve, aplicando multas em caso de descumprimento.

A Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU-CUT) denuncia que a pauta foi apresentada em fevereiro e até agora a empresa não abriu negociação. Eles foram à greve para exigir abertura de negociações e para defender a Eletrobrás, ameaçada de ser privatizada.

O presidente da CNU, Paulo de Tarso, ressalta a mobilização da categoria, com assembleias e paralisações: "Percebemos que, além da preocupação dos funcionários em garantir a renovação do acordo e a reposição salarial, há uma disposição muito grande para defender a Eletrobrás e assegurar a empresa como patrimônio público brasileiro".

A proposta apresentada pela direção da empresa está longe de resolver o impasse. Na avaliação dos dirigentes sindicais, a proposta, além de flexibilizar o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), abre caminho para demissões em massa, viabilizando, com isso, o processo de privatização da Eletrobrás.

Resistir ao desmonte!

A política de desmonte das estatais patrocinada pelo governo moribundo e respaldada pelos golpistas deve ser barrada e a mobilização das categorias demonstra que os trabalhadores não estão dispostos a entregar nosso patrimônio e para isso contam com o apoio do povo. Como mostram as pesquisas uma ampla maioria da população é contrária à privatização.

Os eletricitários também se encontram em Brasília para tentar impedir a votação do PL 10332/18, que quer vender as distribuidoras da Eletrobrás do Norte e Nordeste e outros projetos de privatização. A votação estava prevista para esta quarta, 20 de junho.

João B. Gomes

Política da Petrobrás compromete economia

Alta dos combustíveis levou à mobilização dos caminhoneiros e faz acidentes domésticos explodirem

A paralisação dos caminhoneiros bloqueou o escoamento de insumos às empresas em todo país. Entre os efeitos diretos e indiretos da paralisação, calcula-se que algo próximo de R\$ 90 bilhões deixaram de ser produzidos ou foram destruídos. O que significará uma perda de mais de 1% no PIB brasileiro de 2018. Com a falta de bens nos mercados, o custo da cesta básica do trabalhador subirá.

O agronegócio, por exemplo, teve prejuízos diretos e imediatos de quase R\$ 15 bilhões: cerca de cem milhões de aves foram mortas nos caminhões parados ou nas fazendas sem receber ração. 120 mil toneladas de carne de frango e suína deixaram de ser exportadas, 300 milhões de litros de leite acabaram descartados e 98% dos frigoríficos do país tiveram as atividades interrompidas. Algo similar está ocorrendo por todo o setor agropecuário que enfrenta perdas de safra causadas

pela quebra prolongada no escoamento de mercadorias.

Outros setores forçados a interromper a produção, sem matéria prima, foram a construção civil - comprometendo 40% de sua atividade e quase R\$ 3 bilhões -, a indústria têxtil, que perdeu R\$ 1,8 bi, e a automotiva. O comércio varejista calcula prejuízo de R\$ 27 bilhões. Uma semana após o fim da paralisação, os portos brasileiros ainda não haviam retomado plenamente suas atividades, com filas de navios 60% maiores que o normal.

Outros efeitos secundários e em cadeia seguem atingindo indiretamente outros ramos da economia. Ademais, tal destruição de valor e de lucro está derrubando em mais de R\$ 30 bilhões a arrecadação de impostos, bem como provocando cancelamento de novos investimentos - e, portanto, de contratações, o que elevará o desemprego.

O responsável por isso é o governo

que forçou a Petrobras a cortar sua produção de combustíveis em quase 30%, deixando suas refinarias ociosas e elevando preços. A insistência em manter tal política, levou o governo a editar a MP 832, que corta ainda mais gastos públicos e suspende incentivos a ramos industriais, o que fará elevar o desemprego. É o que ocorre, por exemplo, com as fábricas de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus, com cem mil empregos ameaçados.

A desmoralização do governo já

provoca uma guerra de lobbies empresariais pela retomada das isenções fiscais e contra o tabelamento do frete mínimo garantindo aos caminhoneiros. A única saída desse pântano seria a retomada da produção total da Petrobras e a estabilidade de preços (rebaixados) dos combustíveis.

A crise do preço dos combustíveis recoloca com força a necessidade de uma Petrobrás 100% estatal

Alberto Handfas

ALTA DO GÁS: EXPLOSÃO DE ACIDENTES

Com o preço médio do gás de cozinha acima dos R\$ 72 (30% mais caro do que há 2 anos atrás), milhões de famílias brasileiras estão voltando a usar fogão a lenha ou a improvisar com álcool, trazendo sérios riscos e um aumento extraordinário no número de queimados. No Hospital da Restauração do Recife (PE), por exemplo, 90% dos pacientes adultos internados na 1ª semana de junho, foram vítima de queimaduras com álcool de cozinha.

O ano de 1968 no Brasil: movimento estudantil e greves

Após as mobilizações de massa, vem o “golpe dentro do golpe” que foi o AI-5

Vimos em edições anteriores como 1968 marcou uma virada na situação mundial, em particular com os acontecimentos na Tchecoslováquia e na França, os mais simbólicos do ano, mas que não foram os únicos.

Assim, em 4 de abril de 1968 foi assassinado o líder negro Martin Luther King, que havia liderado marchas pela igualdade de direitos nos Estados Unidos. O movimento contra a Guerra do Vietnã, iniciado em universidades dos EUA, espalhou-se para outros países como Alemanha, Itália e até Austrália (que enviara tropas ao sudeste asiático). No México, às vésperas das Olimpíadas ali ocorridas, o exército promoveu o “massacre de Tlatelolco” abrindo fogo contra 15 mil estudantes que protestavam em 3 de outubro. O Brasil também será marcado por este ano de 1968.

“Mataram um estudante, podia ser seu filho”

Em 28 de março, num protesto de estudantes contra o aumento nos preços do restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro, o secundarista Edson Luiz é morto com um tiro no peito pela PM. O corpo foi levado em passeata até a Assembleia Legislativa, onde foi velado. Protestos estudantis ocorreram em várias universidades e faculdades ao longo do país e o enterro de Edson Luiz parou o Rio de Janeiro.

A missa na Candelária de 4 de abril, em memória de Edson, foi palco ao seu final de brutal repressão, com a cavalaria atacando a multidão a golpes de sabre. Em junho, sucessivas manifestações são reprimidas, até que o comando militar do Rio permite a realização de uma passeata no dia 26.

Esta se transformou na “Passeata dos cem mil”, uma enorme manifestação de estudantes, artistas, intelectuais e trabalhadores, encabeçada por uma grande faixa “Abaixo a Ditadura. O Povo no poder”. Sua força fez com que Costa e Silva, o ditador de plantão, recebesse líderes da “sociedade civil”, dentre eles os estudantes Franklin Martins e José Dirceu, que exigiram a libertação dos presos, o fim da censura e restauração das liberdades democráticas.

Nada disso foi aceito, o que provocou nova passeata de 50 mil pessoas no Rio. Os protestos se espalharam



Praça da Sé, 1º de Maio de 1968: Operários põem governador para correr e tomam o palanque

pelo país e são acompanhados de repressão e prisão de lideranças.

No início de outubro ocorre a “Batalha da Maria Antônia”, em São Paulo, entre estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e da Universidade Mackenzie. Desde julho o prédio da USP estava ocupado pelos estudantes. O conflito foi iniciado por jovens direitistas do Mackenzie – ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) – que atacaram um “pedágio” organizado na rua Maria Antônia pela turma da USP para obter fundos para o congresso da UNE.

Dois dias de “guerra”, com rojões, foguetes e coquetéis molotov jogados de lado a lado. Um tiro matou o secundarista José Guimarães, cuja camisa ensanguentada foi levada em passeata até a Praça da Sé onde, nas mãos de José Dirceu, então presidente da UEE, foi agitada para denunciar a ditadura assassina, “que armou alguns mackenzistas, os do CCC, contra universitários verdadeiros”. O prédio da Filosofia foi incendiado, o que causou a transferência da faculdade para instalações improvisadas (os “baracos”) na Cidade Universitária.

Em 12 de outubro a polícia cerca e prende cerca de 800 estudantes que iriam realizar o 30º congresso da UNE em Ibiúna (SP), incluindo os principais líderes do movimento.

O 1968 operário: Contagem e Osasco

Em 16 de abril de 1968 é iniciada a greve metalúrgica em Contagem (MG), envolvendo em dez dias cer-

ca de 1.200 trabalhadores por um reajuste salarial de 25%. Em 24 de abril, policiais militares tomaram a região e os operários foram ameaçados de demissão sumária. O movimento terminou no dia 26 de abril.

Os trabalhadores conquistaram 10% de reajuste, abaixo da pauta, mas uma vitória frente à política de arrocho salarial imposta pela ditadura.

Na semana seguinte, no 1º de Maio de 1968, centenas de operários de Osasco (SP) vão ao ato “oficial” da Praça da Sé levando faixas “Minas é exemplo de luta” e “Só a greve deruba o arrocho”. Organizados pelo Sindicato dos metalúrgicos, eles estavam armados com paus, barras de ferro e pedras para impedir que o governador Abreu Sodré falasse e assim acabar com a farsa montada pelos pelegos e a ditadura. O governador fugiu debaixo de pedras e ovos podres. Os operários tomaram o palanque, discursaram contra a ditadura e saíram em passeata pelo centro da cidade.

Em 16 de julho começou a greve em Osasco. A direção do sindicato, cujo presidente era José Ibrahim, decidiu adiantar a mobilização para a data base que era em novembro, deflagrando greve com ocupação de fábrica na Cobrasma e Lonaflex, logo sendo acompanhadas pelos operários da Barreto Keller, Granada e Osram.

A reação da ditadura foi imediata, pois era o mesmo sindicato que a havia humilhado no 1º de Maio. A Cobrasma é invadida pela cavalaria, mas mesmo com a violenta repressão militar, no dia seguinte operá-

rios da Braseixos, Brown Boveri, Cimaf e Eternit entram em greve em solidariedade.

Mas, o movimento começa a refluir no dia 18, com as prisões e desocupações das fábricas. Osasco estava sitiada pelo exército e cerca de 50 militantes e dirigentes foram presos. José Ibrahim conseguiu fugir, vai para a clandestinidade até sua prisão em fevereiro de 1969.

Os dirigentes da greve, vinculados à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) como Ibrahim, pensavam criar um “foco” de resistência na Cobrasma para estimular outras greves no eixo industrial, uma

espécie de “foquismo sindical”. Mas a rápida repressão militar não deixou tempo e nem espaço para tanto. De todo o modo, a greve de Osasco em 1968 vai influenciar toda uma geração de sindicalistas que vai se dedicar à construção de comissões de fábrica clandestinas nos anos de chumbo da ditadura.

O Ato Institucional nº 5

O pretexto imediato para a edição por Costa e Silva do AI-5 foi o discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves de 2 de setembro de 1968 em que atacava o “militarismo” e pedia ao povo não participar das comemorações do Dia da Independência. Sua razão de fundo era a de controlar a situação diante das mobilizações estudantis e greves ocorridas ao longo do ano, de acordo com a receita da “linha dura” das Forças Armadas.

O AI-5 editado em 13 de dezembro foi o mais duro de todos os Atos Institucionais com os quais a ditadura governou desde que assumiu o poder. Ele resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários ao regime militar, intervenções nos municípios e estados, suspensão de todas as garantias constitucionais, permitindo a institucionalização da tortura como instrumento de Estado. O AI-5 só será revogado em 13 de outubro de 1978, já no governo de Ernesto Geisel, através da emenda constitucional nº 11, com a ressalva de que os atos praticados com base nos atos institucionais “estão excluídos de apreciação judicial”.



Constituído o Comitê Internacional de Ligação

Reunião em Paris concretiza proposta da 9ª Conferência Mundial Aberta

Nos dias 8 e 9 de junho em Paris, 55 delegados de 33 países se reuniram para constituir o Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cili). A proposta vinha da 9ª Conferência Mundial Aberta (CMA) do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), realizada em Argel no ano passado, com o objetivo de permitir aos militantes de distintos países estreitar seus laços e aprofundar as discussões.

A coordenação do AcIT convocou a reunião constitutiva que foi presidida por Louisa Hanoune, secretária-geral do Partido dos Trabalhadores (PT) da Argélia, e por Dominique Canut, membro do Secretariado nacional do Partido Operário Independente (POI) da França.

A reunião ocorria no mesmo momento em que o presidente dos EUA, Donald Trump, em relação com a guerra comercial que desenvolve, anunciava a decisão de retirar a sua assinatura do acordo do G7. Uma expressão da crise do imperialismo, que, em todos os lugares, busca destruir as conquistas arrancadas pela classe operária depois de 1945 nos países imperialistas e, nos países dominados, na luta dos povos por sua independência.

No mesmo dia 8, o exército de Israel atirava mais uma vez, com total apoio do imperialismo, sobre palestinos que se manifestavam pelo seu direito ao retorno, ferindo mais de 600 pessoas. Mas também foi o dia em que o PT anunciou, em Contagem (MG), o lançamento oficial da candidatura Lula.

Leia abaixo trechos das intervenções de companheiros presentes à reunião. Na página 12, publicamos amplos trechos da declaração adotada ao final dos trabalhos.

Como construir uma representação política de classe?

Debate aborda a questão da crise dos partidos tradicionais dos trabalhadores

Na África, como foi lembrado por vários companheiros, as guerras provocadas pelas potências imperialistas devastam regiões com o objetivo de despedaçar as nações e favorecer a pilhagem. Situação que provoca a emigração de milhões de pessoas.

O delegado do Níger explicou: “Desde a instalação de bases mi-

litares francesas e estadunidenses supostamente para defender a população do terrorismo, as ameaças terroristas continuam. Ao mesmo tempo, os recursos minerais e petrolíferos são explorados por multinacionais. A pobreza explodiu, as demissões se multiplicaram, principalmente no setor público da educação”.

Um dirigente sindical do Senegal afirmou: “A forma do diálogo social está de acordo com as nossas aspirações? A emancipação do povo africano é algo que cabe à classe operária. O papel das organizações sindicais foi central na luta pela independência nacional. Mas nós fomos despojados. É preciso tirar as lições dessa experiência. O que eu espero do Acordo Internacional dos Trabalhadores é a discussão, a reflexão sobre como reorganizar o movimento operário para retomar a iniciativa”.

Rejeição à União Europeia

Na Europa, há uma imensa rejeição às políticas desenvolvidas pelos governos dos países da União Europeia (UE). Um delegado francês, militante do POI, disse: “Houve o Brexit (saída da Grã-Bretanha da UE – NdT), o terremoto político das eleições francesas de 2017, o resultado das eleições na Alemanha. Há uma crise política na Espanha, a crise na Itália. A UE está em vias de se desagregar. Todos os Estados europeus estão em crise. Todos os partidos que os sustentam, acompanhando os governos que se sucedem, estão em vias de colapso ou atravessados por contradições enormes, como é o caso do SPD (Partido Social-Democrata) na Alemanha ou o Labour Party (Partido Trabalhista) na Grã-Bretanha”.

Negando o suposto crescimento da extrema direita, esse companheiro afirmou que na verdade ocorre uma rejeição às políticas aplicadas pelos governos. “Ao mesmo tempo, o exemplo da Itália mostra que a rejeição não apresenta uma saída política. O que coloca a questão da representação política da classe, de sua recomposição, de sua reconstrução”, concluiu.

Brasil e Venezuela

Julio Turra, da Executiva nacional da CUT, e membro da Coordenação do AcIT, explicou aos delegados dos vários países:

“O PT nasceu como um partido operário independente, mas se institucionalizou, se tornou um partido eleitoral. Ele se adaptou às instituições existentes no Brasil e, para conseguir uma maioria parlamentar, fez acordos com todo mundo”.

Depois de relatar os resultados das pesquisas que indicam o apoio ao PT e à candidatura de Lula, Turra avaliou: “Esse é o aspecto contraditório da situação: há uma decomposição, os partidos tradicionais afundam, e é necessário construir uma verdadeira representação política da classe trabalhadora”. Para ele, “a questão da representação política da classe se coloca no combate para que o PT volte a ser PT, o PT das origens: ‘Um partido sem patrões’”.

Raul Ordoñez, dirigente sindical e deputado da Assembleia Constituinte na Venezuela, abordou a enorme pressão do imperialismo contra o governo reeleito de Nicolás Maduro, bem como as dificuldades para defender as conquistas obtidas nos últimos anos: “Não há mais desculpas: o poder político foi ganho, é preciso então trabalhar na recuperação econômica. Se continuarem as desavenças entre a classe trabalhadora e o poder político, então o imperialismo poderá obter uma

vantagem”. Ordoñez citou também a questão do partido: “Devemos passar à etapa da retomada da produção e para isso o presidente deve confiar no setor dos trabalhadores representado na Constituinte. Isso porque, com toda a evidência, o PSUV – que é o partido majoritário no país – não é o partido dos trabalhadores, mesmo se muitos no seu interior atuam em continuidade com as políticas desenvolvidas por Hugo Chávez. Mas há também patrões no interior do PSUV”.

Delegados de 33 países se reúnem em Paris por ocasião da instalação do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio



AS DELEGAÇÕES PRESENTES

África do Sul (Azânia), Argélia, Alemanha, Benin, Bielorrússia, Brasil, Burkina-Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Espanha, França, Gabão, Gambia, Grã-Bretanha, Guadalupe, Guiné, Haiti, Itália, Letônia, Líbano, Mali, Marrocos, Martinica, México, Níger, Palestina, Portugal, Romênia, Ruanda, Rússia, Senegal, Sérvia, Suécia, Suíça, Togo, Ucrânia e Venezuela. Os países com delegados ausentes – por questões de visto, sindicais ou políticas – foram Chade, Haiti, Itália, Mali, Marrocos, México e Tunísia. Luiz Eduardo Greenhalgh, que representaria o PT na reunião, enviou carta justificando sua ausência por responsabilidades que assumiu na defesa política e jurídica de Lula.



Contribuição ao debate entre os trabalhadores

Declaração (trechos) do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (Cili) constituído neste mês (*)

As consequências da virada que representou a eleição de Trump à presidência dos Estados Unidos estão em vias de materializar-se de forma espetacular.

A guerra econômica desencadeada por Trump para tentar diminuir o impacto que, sob pressão da crise do sistema mundial do imperialismo, desagrega as próprias bases da economia dos EUA, ameaça espatifar todo o sistema de manutenção da ordem mundial estabelecido ao final da 2ª Guerra Mundial.

Com o pretexto de “reequilibrar” as relações comerciais entre EUA e China, Trump exerce uma pressão insuportável sobre seus “aliados europeus”, bem como sobre seus “aliados asiáticos”, Coreia do Sul e Japão.

Guerra econômica

Ao denunciar o tratado nuclear assinado com o Irã, ele priva as multinacionais europeias não só de um mercado vital para elas, não só ameaça de morte os bancos que não respeitem a proibição de comerciar com o Irã, mas também transtorna o sistema de alianças – já abalado pela guerra na Síria – no Oriente Médio. Ao aumentar a pressão militar contra o Irã, Trump mobiliza ao seu lado as monarquias do Golfo e lhes dá a tarefa de assumir a primeira linha, diretamente com Israel, no esmagamento do povo palestino.

Nesse contexto de guerra econômica tempestuosa, o imperialismo dos EUA e seus concorrentes disputam, como nunca, o controle das matérias primas. A repartição das zonas de influência assola particularmente o continente africano, onde a “guerra econômica” cede lugar a verdadeiras guerras fabricadas, alimentando a indústria de armamentos e jogando nas rotas do exílio milhões de refugiados, contra os quais o imperialismo tenta jogar as populações dos países nos quais eles buscam asilo.

O capital exige taxas de exploração incompatíveis com as conquistas arrancadas pela classe operária dos países imperialistas, bem como pela classe operária e os povos dominados em seu combate pela emancipação nacional.

Tudo deve desaparecer, tudo: as leis trabalhistas, os sistemas de aposentadoria, os sistemas de saúde e de educação. Tudo!

Crise de representação

Nos países imperialistas, os velhos partidos operários, que viviam –

junto com as centrais sindicais que influenciavam – da gestão dessas conquistas, ao se subordinarem às novas exigências do imperialismo em crise, entram num processo de colapso, rejeitados pelos trabalhadores em nome dos quais pretendiam falar.

Nos países dominados pelo imperialismo, os partidos e movimentos que encarnaram durante décadas a aspiração dos povos à soberania nacional, ao buscar se acomodar às exigências da violenta reação imperialista, também entram em crise.

Existem, entretanto, em certos países, partidos operários de massa ou anti-imperialistas nos quais os trabalhadores e povos se reconhecem, ainda que eles também estejam atravessados pela crise de representação política da classe operária ou sofram as suas consequências.

Em escala mundial, a questão da reconstrução de autênticas representações da classe operária se coloca de forma aguda. Evidentemente, essa procura leva em conta a história e as tradições do movimento operário de cada país e a natureza de cada um deles. (...)

Agrupar a classe

Na manhã de 8 de junho ocorreu um encontro das delegações de 14 países europeus, no qual, dentre outras questões, foi sublinhado: “A crise política que se abriu na Itália, que abala o frágil alicerce das instituições da União Europeia (UE), não é um raio no céu azul. Ela é a expressão italiana do amplo movimento de ‘rejeição’ que se levanta em toda a Europa contra a política de contrarreformas imposta pelo capital financeiro através da UE. (...) Não existe um deslocamento do povo italiano para a extrema direita, nem tampouco dos povos da Europa Oriental, que pagaram caro a sua integração na UE (...)”.

Na África, a questão do combate pela soberania nacional diante da pilhagem exterior, das intervenções militares imperialistas e dos novos ditados do FMI se coloca com a maior agudeza. (...)

Na América Latina, região que o imperialismo dos EUA sempre considerou como seu “domínio reservado”, a resistência dos trabalhadores e povos oprimidos contra a pressão destruidora das nações imposta por Trump manifestou-se na Venezuela, através da reeleição de Nicolás Maduro à presidência, num contexto de cerco e de sabotagem da economia para provocar o caos e justificar uma



Paris, 8 e 9 de junho: L. Hanoune (PT Argélia) e D. Canut (POI França) presidem a reunião de instalação do Cili

ingerência externa.

Resistência que se manifesta também no Brasil, onde, dois anos após o golpe de Estado pró-imperialista e agora que Lula está preso há dois meses – prisão política –, o PT lançou publicamente em 8 de junho a candidatura oficial de Lula a presidente. (...)

Na Palestina, o movimento da Grande Marcha pelo retorno dos refugiados, estruturado através de comitês populares, afirma semana após semana sua determinação, que é a mesma de todo o povo palestino em luta por sua emancipação nacional. No interior do Estado de apartheid israelense, em Gaza, em vários lugares da Cisjordânia, as mesmas palavras de ordem surgem nas manifestações: nós somos um só povo, temos o mesmo sangue, o mesmo destino e queremos retornar à nossa terra! (...)

Tudo isso coloca a questão da reconstrução, sobre a base de uma rup-

tura total com a política de acompanhamento da política do capital, de uma autêntica representação política da classe operária, trabalhando para agrupar a classe operária como classe na unidade de suas organizações de classe diante do capital financeiro e dos governos que o representam. (...)

A presente declaração, adotada pelo Cili, se pretende uma contribuição ao necessário debate para avançar na resolução da crise da representação política da classe operária. Nós propomos assim difundir esse documento para aprofundar esse debate em cada um de nossos países, estendê-lo em escala internacional, podendo assim ser um excelente passaporte para ir ao encontro de todos os agrupamentos que buscam reconstruir as bases para uma autêntica representação política da classe operária.

(*) Os intertítulos são de OT; mais informações, na pág. 11.

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br